

SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final

**Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas
em Justiça Criminal e Segurança Pública**

Autor (s)

Emmanuel S. Nunes de Oliveira Junior

Título da Pesquisa

A Corregedoria e a Ação Letal da Polícia Paulista

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006



**Ministério
da Justiça**

GOVERNO FEDERAL

Relatório Final da Pesquisa

A corregedoria e a ação letal da polícia paulista

Responsável técnico: Emmanuel S. Nunes de Oliveira Jr.

Dezembro de 2005

Assinatura do Responsável Técnico:

Data: ___/___/___

Primeira Parte

Introdução

A possibilidade legal do uso da força ocupa papel central na atividade policial (Bittner, 1970). Todo o sistema moderno de policiamento está baseado no uso latente da força física, incluída a força letal. Apesar de admissível em todos os sistemas policiais, em São Paulo ela aparece como recurso mais do que “latente” da atividade policial. No Estado de São Paulo, 16.100 pessoas foram mortas em confronto entre policiais e não-policiais. Desses, 14.216 não-policiais perderam suas vidas e 1.884 policiais civis e militares faleceram nesse tipo de confronto nos últimos 24 anos.

Contribuir para a compreensão dos fatores que levaram a esse triste quadro foi o principal objetivo da pesquisa *A corregedoria e a ação letal da polícia paulista*. O presente relatório apresenta os resultados finais das atividades desenvolvidas em seis meses do trabalho. O texto está dividido em seis partes: i) introdução; ii) discussão teórica e metodológica sobre a letalidade da ação policial; iii) estatísticas descritivas do banco de dados de letalidade; iv) apresentação e análise dos resultados estatísticos, v) discussão sobre os resultados encontrados e vi) considerações finais.

A discussão teórica, que compõe a segunda parte do relatório, apresenta uma revisão da bibliografia nacional e internacional sobre os determinantes da letalidade da ação policial e o papel das instituições de controle interno às corporações policiais. Longe de se empreender uma revisão exaustiva da literatura da área, o texto busca delinear criticamente o escopo teórico e metodológico do trabalho. Portanto, muito da discussão normativa,

principalmente a nacional, que identifica as altas taxas de letalidade policial como resultado da fragilidade cultural ou como expressão de uma anomia social não será comentada. A bibliografia normativa será mencionada tão-somente para justificar opções metodológicas da pesquisa. Isso significa que grande parte da produção nacional terá pouco peso na discussão teórica do relatório.

Na terceira parte, são apresentadas as estatísticas descritivas do Banco de Dados da Comissão de Letalidade Policial da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. A análise descritiva do banco testou a viabilidade técnica da utilização dos dados para a comprovação dos modelos teóricos apresentados na seção anterior. Os resultados foram animadores.

A quarta parte do trabalho é composta para apresentação e análise dos resultados dos modelos de regressão utilizados para apreender a relação entre variáveis institucionais e variáveis ecológicas com o padrão de letalidade da ação policial no Estado de São Paulo. Foram utilizadas duas amostras distintas, uma para o Estado como um todo e outra para capital de São Paulo. Na primeira amostra, a unidade de análise foram as cidades que compõem o Estado. Para a segunda amostra, os distritos classificados pelo IBGE constituem a unidade de análise. Foram construídos três tipos de modelos de regressão linear, dois para estudar o efeito das variáveis institucionais e criminais no padrão geral de mortes pela polícia e outro para estudar o efeito das variáveis ecológicas, criminais e socioeconômicas na distribuição espacial das mortes provocadas pela polícia.

A quinta parte apresenta uma discussão teórica sobre os resultados encontrados na análise estatística. Utilizando uma série de entrevistas em profundidade realizadas com policiais civis e policiais militares do Estado de São Paulo, foi averiguada a validade e a consistência do modelo teórico

proposto nesse trabalho. Apesar da comprovação estatística das teorias institucionais e ecológicas sobre a letalidade policial, as entrevistas qualitativas foram imprescindíveis para saber se os dados estatísticos realmente traduzem a realidade paulista ou se são afetados por relações espúrias entre as variáveis.

A sexta, e última, parte do relatório é composta pelas considerações finais. São exploradas as implicações teóricas e políticas dos resultados da pesquisa *A corregedoria e a ação letal da polícia paulista*. São apontadas duas claras implicações teóricas da pesquisa: a apresentação de modelos teóricos alternativos para a interpretação da letalidade da ação policial no Brasil e a utilização de várias técnicas metodológicas para compreender os fenômenos criminológicos. Quanto às implicações políticas da pesquisa, podem ser destacados o deslocamento da discussão política da letalidade da ação policial do campo normativo para um campo mais técnico e a vinculação da letalidade da ação policial à política pública de combate ao crime e à violência.

A equipe da pesquisa gostaria de finalizar essa seção agradecendo o apoio institucional da equipe técnica da SENASP/MJ, que, além de ter lutado bravamente pela manutenção dos projetos, foi sempre atenciosa e competente no decorrer da pesquisa. Um agradecimento especial ao doutor Túlio Kanh, coordenador da CAP, que tem apoiado das mais diversas (e fundamentais) formas vários estudos sobre crime, violência e políticas públicas de segurança em São Paulo. Agradecemos, ainda, a toda a equipe da CAP - Coordenadoria de Análises e Planejamento da Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que possibilitou o acesso aos dados discutidos nesse relatório; a todos os policiais civis e militares ouvidos pela pesquisa, e a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, tornaram esse trabalho possível.

Gostaríamos, também, de parabenizar a SENASP/MJ pela iniciativa de apoiar projetos aplicados na área de segurança pública. O Brasil enfrenta um

problema alarmante de criminalidade e violência, e a saída para o problema passa necessariamente pela compreensão dos fatores relacionados ao crime e à violência. A SENSP mostrou que não só é possível aumentar nosso conhecimento sobre o crime e a violência, mas também que esse conhecimento pode servir para a construção e implementação de políticas públicas de segurança. Que essa iniciativa se repita muitas vezes.

Segunda Parte

Ciência e Polícia: modelos teóricos sobre a letalidade da ação policial

O comportamento da polícia não tem merecido grande atenção no mundo acadêmico (Bayley, 1995). Os trabalhos existentes sobre o assunto são voltados para a construção de novas práticas de policiamento (Skogan e Hartnett, 1997) e para a avaliação das formas de policiamento (Bayley e Skolnick, 1986). Os estudos voltados especificamente para o comportamento policial apresentam, em sua maioria, caráter descritivo e normativo (Pinheiro, 1991; Chevigny, 1995). Portanto, ainda são poucos os trabalhos teóricos sobre letalidade da ação policial (Mesquita, 1999).

Mesquita (1999) apresenta uma revisão dos principais modelos teóricos sobre a letalidade da ação policial. Segundo o autor, existem quatro abordagens teóricas sobre o tema. A primeira destaca os *aspectos legais* do uso da força por parte da polícia. A grande diferença entre policiais e não-policiais é que o primeiro grupo pode legalmente utilizar a força física, inclusive a força letal, no cumprimento de seu dever profissional, já o segundo grupo pode recorrer à força física em casos restritos. Neste modelo, a ação do policial ganha importância quando este utiliza a força física de forma não relacionada ao cumprimento legal de seu dever profissional.

O segundo modelo prevê o *uso legítimo da força*. Para Mesquita, essa abordagem distingue os conceitos de força e de violência não com base apenas na legalidade, como no primeiro modelo, mas também partindo da legitimidade da força. Dessa maneira, as ações dos policiais não são analisadas apenas

segundo o critério de legalidade, mas também de acordo com o critério de legitimidade do uso da força letal.

O terceiro refere-se, por sua vez, aos *critérios sociais* ou *jornalísticos* de julgamento da violência policial. Assim, a ação da polícia, embora legítima e legal, enfrenta desaprovações pontuais da sociedade ou da imprensa. Nessa concepção, a ação letal tem relevância teórica de acordo com a posição social em relação às instituições policiais.

O último modelo teórico, apontado pelo autor, parte de uma definição *profissional* de violência policial. Dessa forma, a ação letal passa a ser pesquisada não segundo critérios legais, legítimos ou normativos da força empregada, mas de acordo com critérios profissionais. Isto é, a utilização da força letal deve ser analisada segundo os parâmetros que alguns profissionais altamente capazes consideram necessários para determinada situação de confronto. Com isso, a força da ação policial está relacionada ao ambiente de interação entre policiais e não-policiais, ao tipo de treinamento para a interação, aos critérios institucionais de utilização da força possivelmente letal e ao grau de discricionariedade do agente de ponta (policial).

A tradição de pesquisa nacional na área ainda não se debruçou sobre os aspectos profissionais do uso da força. Marcadas pela busca da análise do padrão normativo adequado a uma sociedade democrática, as pesquisas não apresentam uma discussão metodológica sobre a força necessária no exercício do policiamento. Como consequência, são poucos os trabalhos que dão suporte às pesquisas aplicadas e ao desenho de políticas públicas (Beato, 1999). Pois, ao se envolver no debate político sobre as altas taxas de letalidade, os pesquisadores nacionais tenderam a reduzir seu escopo metodológico para aumentar sua participação política (Zaluar, 1999). As poucas pesquisas que transcendem a dicotomia intelectual-político entre intelectual-pesquisador

descrita pela professora Zaluar também não conseguiram formatar um modelo teórico consistente sobre a letalidade de ação policial.

Pinheiros (1999), Caldeira (2000) e Cano (1998) são exemplos do padrão de pesquisa brasileira sobre letalidade. Apesar de apresentarem um modelo teórico mais sofisticado sobre a violência policial, continuam apontando o *modus operandi* do policial como um instrumento de dominação de classe ou expressão de uma sociedade historicamente violenta, o que impede a utilização desses autores como suporte teórico para uma pesquisa aplicada. Sobre os determinantes institucionais do comportamento policial discutem pouco ou quase nada. Nesse sentido, as variações de curva de letalidade de um governo para outro ou de um Estado para outro, demonstradas por Oliveira (2003), sequer são questionadas. Outra marcante lacuna analítica refere-se ao controle interno do comportamento desviante do policial (corregedoria), que é ignorado pelos autores ou apresentado como conivente com a prática disseminada de recurso à violência letal.

Cano (1998), por sua vez, destaca a importância do governo no padrão de policiamento, aproximando-se, portanto, de uma vertente mais institucional-profissional de análise da letalidade policial. Mas, se o autor aponta nesse sentido no plano teórico, no plano político a interpretação segue a mesma vertente apontada anteriormente. Segundo Cano, os governos são capazes de implementar políticas de estímulo à letalidade, como no caso da política de *Promoção por Ato de Bravura*, mas o autor mostra-se mais recalcitrante em relação à eficácia de políticas de controle da letalidade, como o PROAR. Outro ponto pouco discutido no trabalho refere-se à falta de discussão sobre a corregedoria de polícia.

Já Lumgreber (2003), afastando-se dos trabalhos anteriores, busca traçar um perfil crítico sobre o papel da corregedoria no controle interno das

instituições policiais. No entanto, se a corregedoria aparece como uma novidade analítica em sua pesquisa, o escopo metodológico continua fortemente marcado pela interpretação não institucional. O trabalho não contribui para a elucidação da relação entre posicionamento da corregedoria e dinâmica da letalidade da ação policial no Brasil. O que, também, prejudica a utilização como suporte teórico para pesquisas aplicadas.

Em resumo, as pesquisas desenvolvidas sobre a corregedoria de polícia e sobre letalidade policial pouco acrescentaram, até o presente momento, à elaboração de um corpo teórico sólido que permita o desenho de uma pesquisa aplicada na área, como é o caso da pesquisa *A corregedoria e a ação letal da polícia paulista*. As conseqüências desse quadro teórico-metodológico são evidentes para a pesquisa, pois implicam uma forte reformulação de sua metodologia inicial. Em vez de partir para um trabalho de cunho mais aplicado sobre os correlatos da letalidade da ação policial e a relação desses com a corregedoria, a pesquisa deverá necessariamente contribuir para a compreensão dos determinantes da letalidade policial. Portanto, a construção de um modelo analítico sobre corregedoria e sobre letalidade para a realidade nacional, absolutamente indispensável para a construção de políticas públicas de controle da letalidade, será o foco principal desse trabalho.

A análise da literatura internacional sobre corregedoria demonstrou-se produtiva na construção de um modelo interpretativo sobre a realidade nacional. Apesar das enormes diferenças contextuais, é possível, a partir de modelos já testados empiricamente, buscar evidências que elucidem os fatores relacionados às altas taxas de letalidade no Brasil, e mais especificamente em São Paulo. Caso a pesquisa determine alguns dos correlatos do fenômeno e busque indicativos teóricos que estabeleçam os mecanismos de causalidade, a

SENASP poderá estimular as Secretarias de Segurança Pública Estaduais a minimizarem os fatores potencializadores de letalidade.

A pesquisa optou por uma estratégia exploratória, buscando associar um corpo teórico definido com as evidências empíricas recolhidas no Banco de Dados da Comissão de Letalidade da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. O modelo proposto privilegia as variáveis institucionais envolvidas na utilização da força letal, levando-se em conta as variáveis ecológicas. Ou seja, os aspectos individuais, ou o processo de tomada de decisão dos policiais de ponta (Stock, Borum e Baltzley, 1996) e os aspectos ecológicos do confronto (Stark R., 1998) assumem papéis centrais na explicação das elevadas taxas de letalidade da ação policial. Assim, a pesquisa propõe a construção de um modelo teórico sobre os determinantes da letalidade policial em dois níveis: o institucional e o ecológico.

O primeiro nível analítico remete à tradição teórica neo-institucionalista, que enfatiza que o arranjo institucional no qual os policiais estão inseridos molda suas ações, ou seja, os constrangimentos institucionais influenciam na decisão dos agentes policiais de cometer um desvio criminal. Nesta linha interpretativa, o modelo de Jacobs e O'Brien (1998) apresenta duas explicações concorrentes: a teoria da explicação política (*political explanation*) e a teoria da explicação reativa ao ambiente violento (*reactive explanation*). A hipótese política define que o padrão de atuação da polícia é determinado pelo arcabouço político, ou seja, departamentos de polícia controlados por políticos, nos quais o apoio advém da elite, tendem a utilizar a força letal, por exemplo, como um instrumento de manutenção de privilégio. Já a hipótese da reação ao ambiente violento define que o número de desvios criminais cometidos por policiais é condicionado pelas dificuldades encontradas no controle do crime e da violência.

O segundo nível analítico concerne aos estudos ecológicos sobre o crime e a violência, os quais supõem que o comportamento desviante de um policial é influenciado pelo contexto em que ele atua (Sampson, 1997; Krivo e Peterson, 1996). Segundo Terrill e Reisig (2003), a utilização da força letal da polícia está fortemente correlacionada com as características do bairro de atuação do policial. Menos por questões econômicas e institucionais, o policial tende a ser mais letal naquelas comunidades em que o nível de capital social é mais baixo, se quisermos utilizar um conceito extraído de Putnan, ou o nível da eficácia coletiva é menor, para ficarmos na terminologia empregada por Sampson.

Cabe ressaltar, por fim, que a análise do posicionamento da corregedoria de polícia frente à letalidade é fundamental para a compreensão do fenômeno. Fica evidente que a corregedoria ocupa o papel central na redução das taxas de letalidade, seja devido à sua importância institucional seja por um controle ecológico efetivo.

Terceira Parte

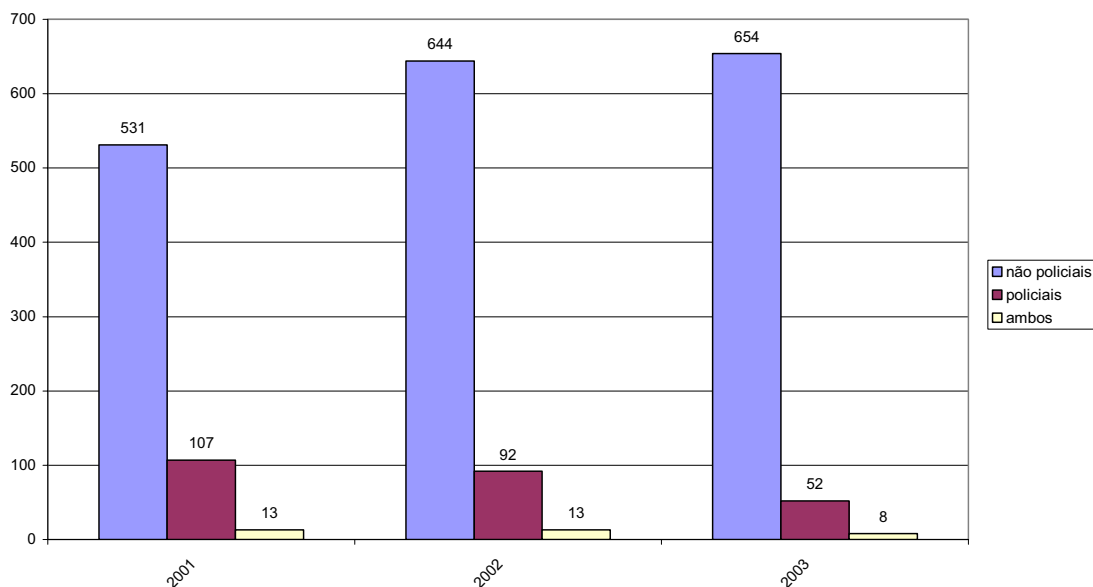
Estatísticas Descritivas do Banco de Dados de Letalidade

Esta parte do relatório é composta pela apresentação das estatísticas descritivas do Banco de Dados de Letalidade da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP). O propósito aqui é expor a potencialidade analítica do material quantitativo para a comprovação do modelo teórico apresentado na terceira parte do relatório, que constitui o marco analítico da pesquisa financiada pela SENASP.

O Gráfico 1, a seguir, descreve a quantidade de casos de letalidade nos anos de 2001, 2002 e 2003, que compõem o banco de dados. No ano de 2001, são 651 casos de ocorrências policiais com letalidade, sendo que 531 resultaram em morte de não-policiais, 107 mortes de policiais civis ou/e militares e 13 ocorrências resultaram em morte de policiais e não-policiais. No ano de 2002, o número de ocorrências sobe para 749, sendo que 644 causaram mortes de não-policiais, 92 mortes de policiais e 13 nos dois lados do confronto. Em 2003, o número de confrontos letais é um pouco menor do que ano anterior, com 714 casos, sendo que 654 são casos com morte de não-policiais, 52 de policiais e 8 com mortes de policiais e não-policiais. Os dados do banco de dados aproximam-se dos dados oficiais de mortes em confronto com a polícia. A SSP-SP relata que, no ano de 2001, 149 policiais foram mortos e 703 foram pessoas mortas pela polícia. No ano de 2002, 143 policiais morreram em confronto com não-policiais e 825 pessoas morreram em confronto com a polícia. Para o ano seguinte a SSP-SP apresenta 29 policiais mortos e 915 pessoas mortas pela polícia. Como a unidade de análise do banco

de dados é o confronto e não o número de mortos, a verificação dos casos assegurou a confiabilidade do banco como estatisticamente representativo do universo de casos de letalidade na ação policial no Estado de São Paulo, o que assegura a utilização do banco de dados na pesquisa.

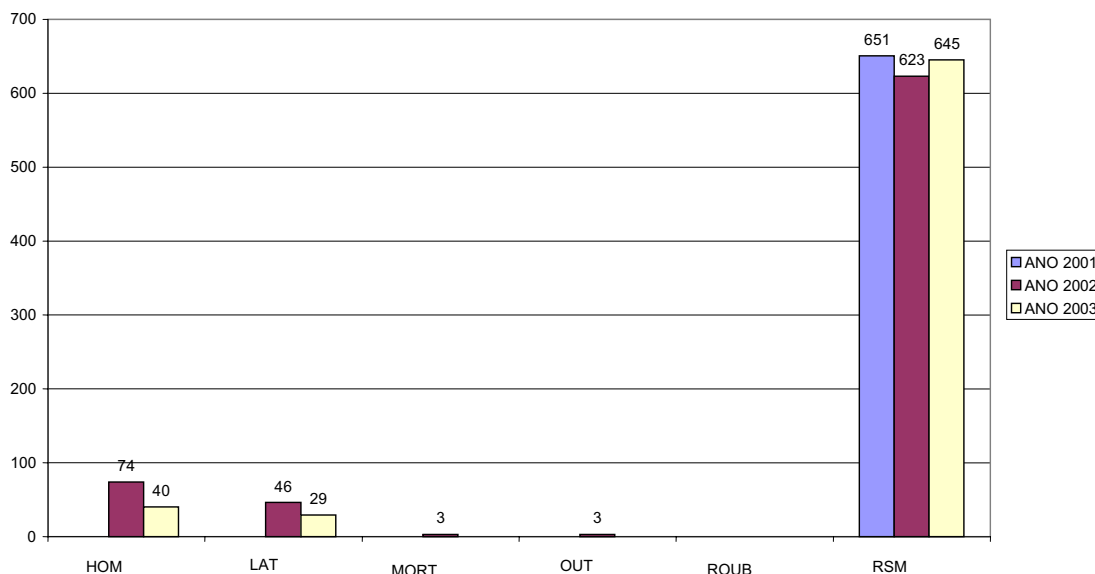
Gráfico 1: Distribuição de caso de letalidade por ano



Fonte: Banco de dados da Comissão de Letalidade Policial da Secretária de Segurança Pública de São Paulo.

Quanto à distribuição dos casos em relação à natureza, a resistência seguida de morte é amplamente o tipo de natureza mais comum no banco de dados, seguida pelo homicídio e pelo latrocínio. Mais de 90% dos casos de letalidade envolvem mortes de não-policiais, enquanto que entre os casos de latrocínio, mais de 50% são de policiais mortos e nos casos de homicídio, 70% dos casos são de policiais mortos. Esses dados confirmam as impressões expressas nas pesquisas nacionais de que os policiais causam ferimentos letais no serviço enquanto são alvejados fatalmente fora dele.

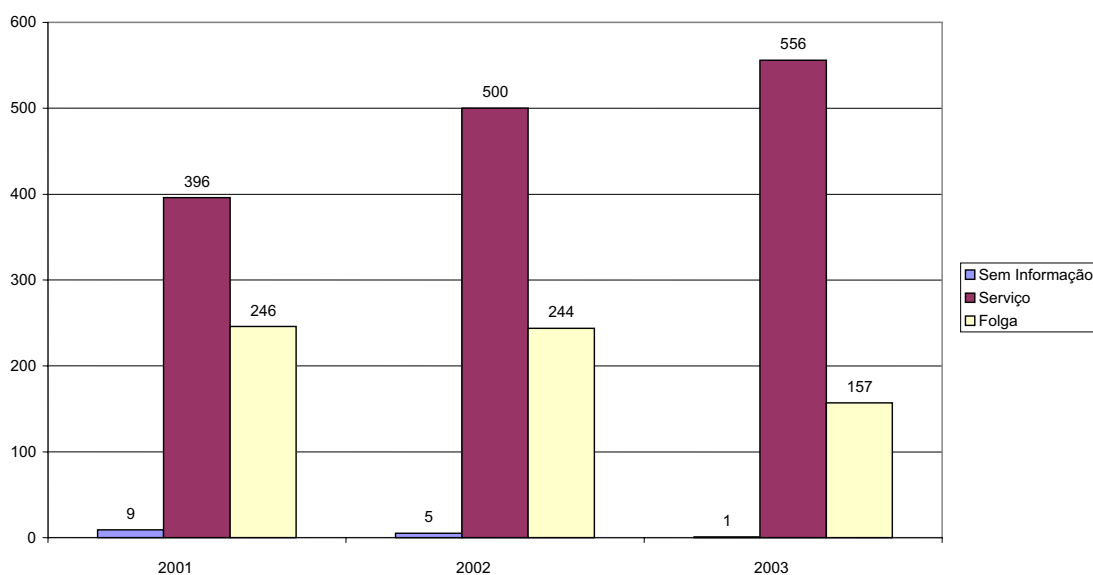
Gráfico 2: Distribuição dos casos de letalidade segundo a natureza da ocorrência.



Fonte: Banco de dados da Comissão de Letalidade Policial da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

O Gráfico 3, abaixo, descreve a evolução dos casos, segundo o contexto profissional do policial, de serviço ou na folga, no momento da ocorrência. É possível perceber uma evolução monotônica do número de casos de letalidade quando o policial estava em serviço, passando de 396 casos em serviço no ano de 2001, para 556 casos de letalidade no ano de 2003. Como não houve uma mudança radical no perfil de casos de letalidade (Gráfico 1), podemos afirmar que o número de casos de letalidade aumenta proporcionalmente, passando de 60,8% dos casos de letalidade em 2001 para 77,9% dos casos em 2003. Ou seja, o padrão de letalidade tem se alterado no período.

Gráfico 3: Distribuição dos casos segundo o policial estar no serviço ou na folga.

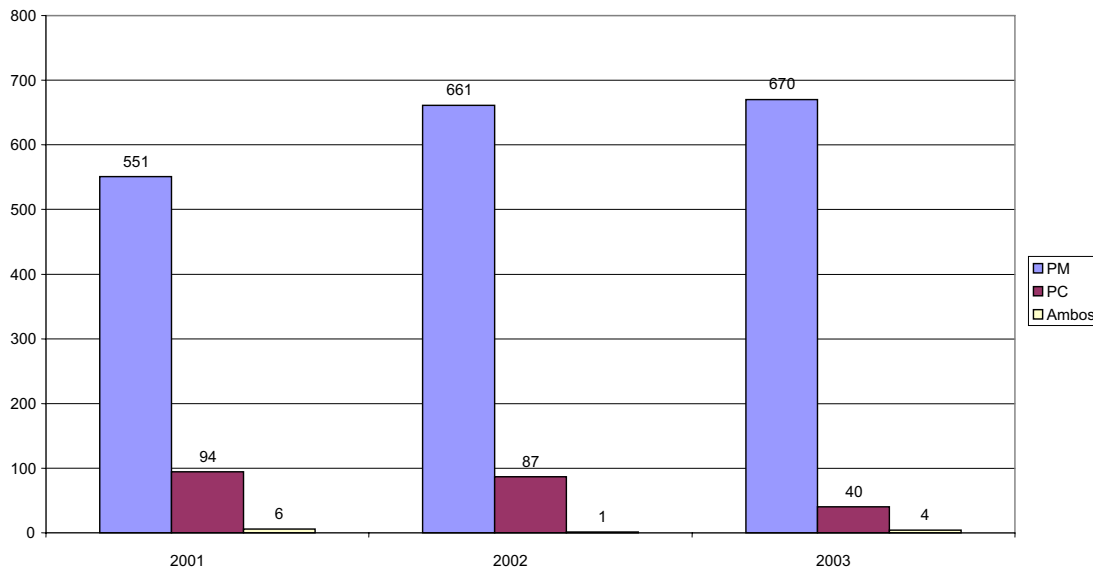


Fonte: Banco de dados da Comissão de Letalidade Policial da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

O Gráfico 4, a seguir, apresenta a distribuição de casos de letalidade segundo a corporação do policial envolvido, se policial civil ou militar. Enquanto no ano de 2001, para cada policial civil envolvido em operação letal havia 5,8 policiais militares, em 2003 essa relação passou de um policial civil envolvido para 16,8, simplesmente dobrando a participação dos policiais militares no evento letalidade. A participação dos policiais civis é ainda menor quando se trata de casos com morte de não-policiais – um policial civil envolvido em caso de letalidade de não-policiais para 7,9 policiais militares envolvidos em 2001, passando para um policial civil envolvido em caso de morte de não-policial, para cada 12 policiais militares envolvidos no mesmo tipo de caso no ano de 2003. Em relação ao número de policiais mortos, a proporção continua desfavorável aos policiais militares, sendo que para cada caso com letalidade de policial civil em 2001 temos 2,4 casos com letalidade de policiais militares. A situação fica ainda mais desfavorável aos policiais militares

em 2003, quando a proporção é de um caso com policial civil para 5,7 casos com policial militar.

Gráfico 4: Distribuição dos casos segundo a corporação dos policiais envolvidos.

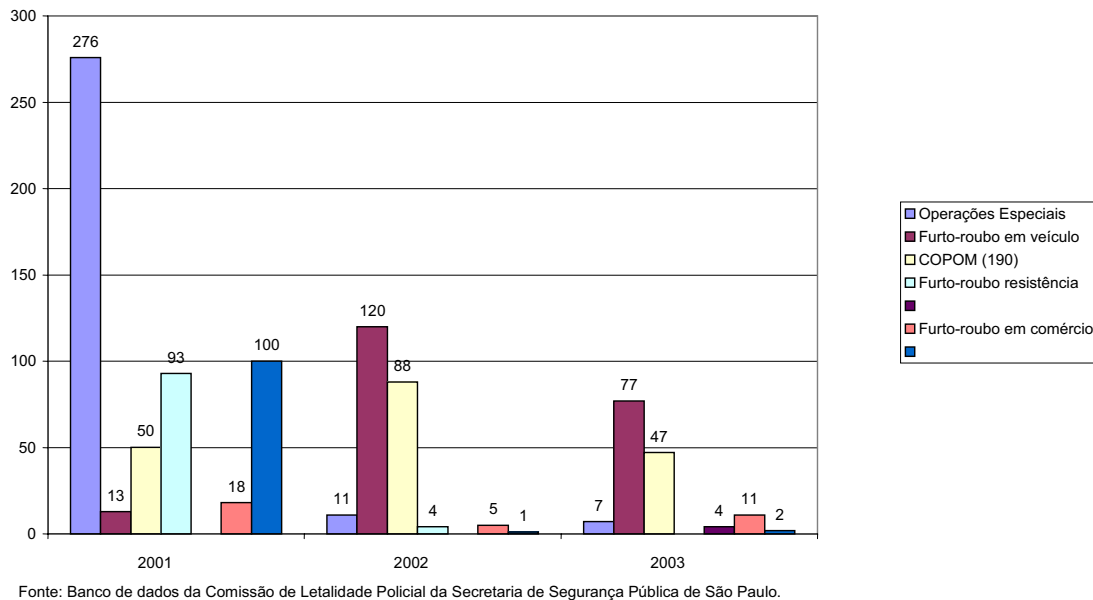


Fonte: Banco de dados da Comissão de Letalidade Policial da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

O Gráfico 5 apresenta a distribuição dos casos de letalidade segundo o tipo de natureza que originou a ocorrência. O motivo mais comum de início de ocorrência encontrado no banco foi a de operação especial, tais como greve, bloqueio, etc. São 294 casos que se iniciaram com esse tipo de operação no banco de dados. No entanto, os casos com letalidade iniciados nas operações especiais se concentram quase que exclusivamente no ano de 2001. Nos anos subsequentes, existe uma distribuição mais homogênea dos tipos de início da ocorrência, com destaque para roubo a veículo, 120 casos em 2002, e 77 casos em 2003, e chamado do COPOM, 88 casos em 2002, e 77 casos em 2003. Cabe ressaltar que mais de 55% dos casos com letalidade estão relacionados diretamente a algum tipo de crime em andamento contra patrimônio, tais como furto ou roubo de veículo, furto ou roubo de residência e furto ou roubo a

comércio, reforçando a tese de que a letalidade está fortemente associada ao confronto não programado pela polícia ou ao policiamento ostensivo.

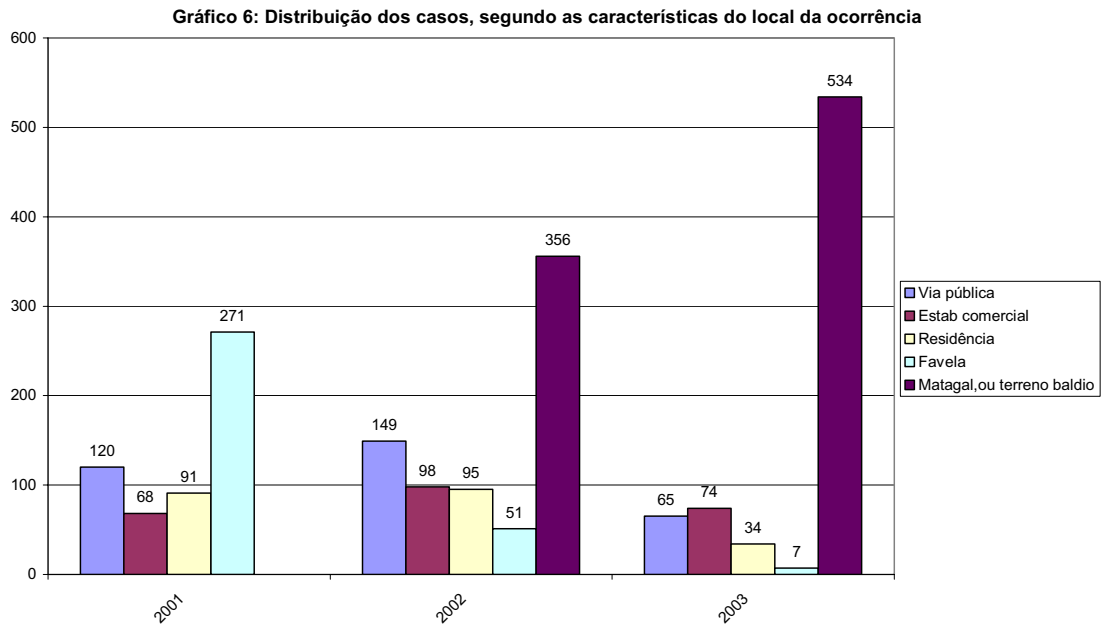
Gráfico 5: Distribuição dos casos segundo a natureza do início da ocorrência.



O Gráfico 6 descreve a distribuição dos casos quanto à característica do local da ocorrência. O tipo de local que mais aparece na amostra é o matagal ou o terreno baldio, com 903 casos de letalidade. A via pública responde por 696 casos de letalidade e a favela por 347 casos. Quando se leva em conta o ano da ocorrência, existe uma forte alteração do perfil do local da ocorrência, sendo que, em 2001, a favela era o tipo de local mais comum de casos de letalidade e, em 2002 e 2003, o matagal passa a ser o tipo de local mais comum.

As características do local da ocorrência formam uma das bases mais sólidas da pesquisa. Podemos perceber, com a simples apresentação das estatísticas descritivas, a forte concentração de casos de letalidade em

determinados perfis de locais, tais como favelas, terrenos baldios e matagais, destacando a importância do tipo de investigação que se propõe neste projeto.



Fonte: Banco de dados da Comissão de Letalidade Policial da Secretária de Segurança Pública de São Paulo.

Quarta Parte

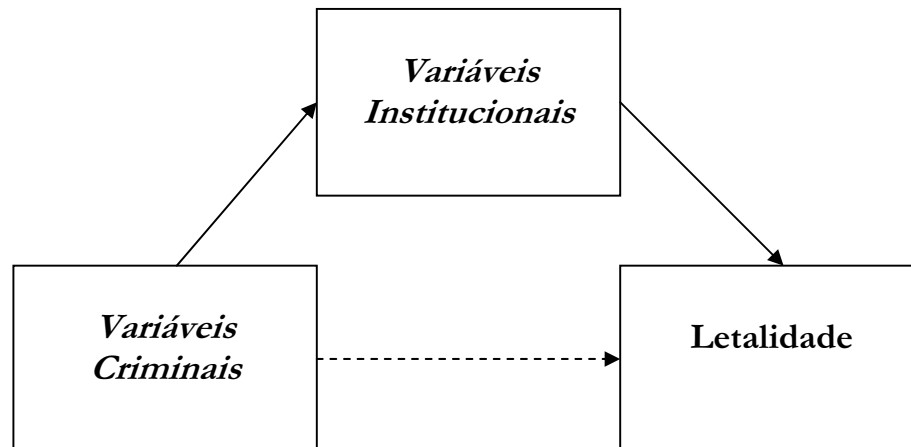
Análise dos Dados Estatísticos: modelos e resultados

A Figura 1 descreve a relação esperada entre as variáveis do modelo de padrão de letalidade da ação policial. Espera-se que as variáveis institucionais expliquem o padrão geral de letalidade da ação policial no Estado, mas que não exista uma relação direta entre variáveis criminais e a letalidade da polícia. Ou seja, a atividade criminal pode mudar o tipo de política pública de controle da violência e do crime, que favorece ou não o confronto entre policiais e não-policiais, mas não afeta diretamente o comportamento do policial. Esse comportamento é afetado prioritariamente pelas opções do Executivo por uma polícia mais “dura” ou por “legalistas”.

Nesse sentido, a Corregedoria de Polícia apresenta um papel de ajuste da curva de letalidade. Caso o governo estadual opte por uma política de controle do crime de caráter menos repressiva, buscando formas alternativas de policiamento que levem em conta a participação social e voltadas para o controle específico dos excessos da ação, a Corregedoria se apresenta como um instrumento interveniente no controle da letalidade. Se o Executivo estadual caminhar no sentido oposto, com uma política de segurança mais voltada ao confronto, a Corregedoria tende a ter seu escopo de atuação reduzido aos casos de claro excesso de uso da força. Em resumo, a Corregedoria é parte integrante de um conjunto de fatores institucionais que determinam o padrão de letalidade da ação. No entanto, esse conjunto de fatores é insuficiente para explicar todos os aspectos relacionados ao perfil da ação letal da polícia. Um dos fatores em

que a abordagem institucionalista se mostra insuficiente diz respeito à distribuição espacial das mortes por policiais.

Figura 1: Modelo teórico para o padrão de letalidade da ação policial em São Paulo.

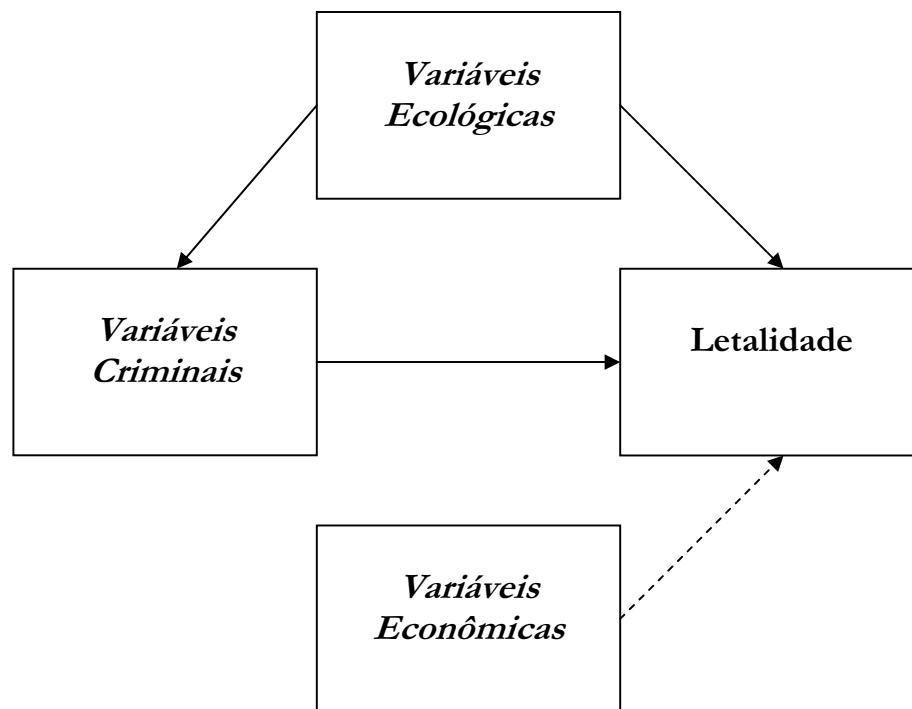


A Figura 2 apresenta o modelo teórico para a distribuição espacial da letalidade da ação policial em São Paulo. É possível apontar três explicações concorrentes para a concentração de letalidade em algumas regiões da cidade ou do Estado: fatores econômicos, fatores criminais e fatores ecológicos. A pesquisa trabalha como a hipótese de que o nível de concentração da letalidade policial é explicado pelas características ecológicas da área. A concentração de letalidade nas áreas mais violentas é explicada pela desorganização social da área, que favorece tanto o comportamento mais agressivo do policial quanto o comportamento desviante dos não-policiais.

O nível de criminalidade não se relaciona com o padrão de letalidade da polícia, e sim com a falta de organização social e a postura do governador e do secretário de Segurança Pública. Dado que exista alguma mudança no padrão

de letalidade, a distribuição é desigual entre os distritos e as cidades, concentrando-se naquelas localidades com maior índice de violência, não pelo padrão de violência em si, mas pelo nível de desorganização social da localidade. Nessa mesma linha, rejeita-se a hipótese concorrente de que a concentração é explicada pelas características socioeconômicas da área.

Figura 2: Modelo teórico para distribuição espacial da letalidade da ação policial em São Paulo.



Descrição dos modelos de regressão

Para testar os modelos teóricos, foram utilizados três tipos de modelos de regressão linear na pesquisa. O primeiro modelo tenta captar o impacto da atividade criminal no padrão de letalidade da ação policial. Como *proxis* da

atividade criminal foi utilizado o total de homicídios no Estado de São Paulo, descontados os homicídios cometidos por policiais.

Normalmente, para medir o efeito da variável explicativa no comportamento do policial, utiliza-se um modelo de regressão linear onde:

$$\text{hompol} = \beta_0 + \beta_1(\text{homdol}) + u$$

onde hompol é o número de pessoas mortas pela polícia (X) e homdol é o número total de homicídios, descontados os homicídios cometidos por policiais. As propriedades de não-linearidade e não-estacionariedade dos homicídios cometidos por policiais impossibilitam que esse modelo linear retrate corretamente o comportamento da série de homicídios cometidos por policiais. Para amenizar o efeito da autocorrelação na série original, aplica-se uma transformação da família Box-Cox na série original:

$$X_t = \log(X_t) - \log(X_{t-1})$$

Onde X_t é a observação da variável independente no tempo t .

Utiliza-se essa transformação porque ela representa a variação percentual do número de pessoas mortas pela polícia (ΔX):

$$\log(X_t) - \log(X_{t-1}) = X_t - X_{t-1} / X_{t-1}$$

Portanto, o modelo aplicado nesse trabalho será:

$$\log(X_t) - \log(X_{t-1}) = Y + u$$

onde $\log(X_t) - \log(X_{t-1})$ é a variação do número de pessoas mortas pela polícia, Y é o total de homicídios ocorridos em São Paulo menos os cometidos por policiais (homdol) e u é o erro. Reescrevendo a equação, temos:

$$\Delta \text{hompol} = \beta_0 + \beta_1(\text{homdol}) + u$$

A estatística t , no modelo, testa se a variação no número de homicídios cometidos pela polícia pode ser explicada pela taxa de criminalidade no período anterior.

O segundo modelo buscou captar o impacto das mudanças institucionais no padrão de letalidade da polícia paulista. Para tanto, foram criadas variáveis *dummies* para cada um dos secretários de Segurança Pública de São Paulo nos últimos 22 anos. A idéia principal é que a política pública de segurança, além de ser influenciada pela plataforma política do governador, é também fortemente determinada pelo perfil do secretário de Segurança Pública. Ou seja, o governador, na tentativa de mudar a política de segurança, troca o secretário para implementar essas mudanças. Portanto, as trocas de secretários estaduais de Segurança têm, em tese, um impacto ainda maior do que as trocas de governo (Oliveira, 2003).

Pretende-se, também, captar, como esse modelo de regressão, as possíveis alterações na forma de atuação da Corregedoria de Polícia. O secretário de Segurança Pública tem, em tese, um grande impacto na burocracia policial. Seja por meio de indicação direta de pessoas de sua confiança para postos-chave na hierarquia da polícia, seja por meio de incentivo ou contingenciamento de recursos humanos e financeiros, o secretário pode fortalecer ou não a Corregedoria de polícia de acordo com suas prioridades. Nesse sentido, o secretário é uma *proxis* do perfil da Corregedoria de Polícia.

O modelo de regressão utilizado mede a contribuição no nível de letalidade da polícia em São Paulo de cada secretário de Segurança em relação a um secretário de referência. Trata-se de uma regressão linear do tipo:

$$X = \beta_0 + \beta_1 (DY_1) + \beta_2(DY_2) + \dots + \beta_n(DY_n) + u$$

onde X é o número de pessoas mortas pela polícia no Estado de São Paulo e DY_n s são as variáveis *dummies* para cada secretário, β_0 mede o número médio de pessoas mortas pela polícia durante o período de gestão do secretário de Segurança de referência. $\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_n$ medem a diferença do número de pessoas mortas pela polícia em cada gestão, em relação à gestão de referência e

u é o erro aleatório. A estatística t , no modelo, testa a hipótese de que não existe diferença na média de pessoas mortas pela polícia de uma gestão para outra (Kmenta, 1978).

O terceiro tipo de modelo utilizado tenta captar a influência das variáveis criminais e ecológicas na distribuição espacial da letalidade da ação policial no Estado de São Paulo e na cidade de São Paulo. A pergunta que se pretende responder é: quais são os correlatos da distribuição de mortes pela polícia? Ou seja, a despeito da importância das variáveis institucionais, tais como perfil do Executivo, perfil do secretário de Segurança Pública e tipo de Corregedoria, existem fatores diretamente relacionados a distribuições de morte pela polícia que não podem ser captados por meio de uma análise institucional (Terrill e Reisig, 2003). O ano de 2002 foi escolhido para pesquisar a relação entre variáveis ecológicas e criminais e a letalidade da ação policial. Para tanto, foi empregado um modelo de regressão linear múltiplo de tipo:

$$X = \beta_0 + \beta_1 Y_1 + \beta_2 Y_2 + \dots + \beta_n Y_n + u$$

onde X é o número de pessoas mortas pela polícia nas cidades do Estado de São Paulo (modelos de 1 a 3 – Tabela 4) e nos distritos da capital do Estado de São Paulo (modelos de 1 a 3 – Tabela 5). Optou-se por empregar duas análises, uma para a capital e outra para as demais cidades do Estado, devido ao padrão atípico de letalidade policial na capital. Y_n s são as variáveis independentes do modelo, β_0 é interceptado do modelo. $\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_n$ medem a relação entre as características ecológicas e a letalidade policial nas cidades ou dos distritos paulistanos e u é o erro aleatório. A estatística t , no modelo, testa a hipótese de que não existe impacto parcial das variáveis independentes na distribuição espacial do número de mortes pela polícia (Gurajati, 2000).

Descrição das variáveis

As variáveis selecionadas para ser objetos de análise foram:

POLHOM – Pessoas mortas por polícias militares e/ou policiais civis.

Variável dependente dos modelos de regressão. Mensura o número de pessoas mortas por polícias civis e/ou policiais militares no Estado de São Paulo. Para a análise institucional (modelo 1 – Tabela 5), foram utilizados os dados do Estado de São Paulo, reunidos por Pinheiro (1991) e por Caldeira (2001) para os anos de 1987 a 1999. Os dados para o Estado de São Paulo, de 1990 em diante, tiveram como fonte a Ouvidoria de Polícia de São Paulo (2003). Para os demais modelos, foram utilizados os dados do banco de dados da Comissão de Letalidade da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Para os modelos 1 a 3 (Tabela 4), os dados foram agregados ao nível do município. O universo amostral são todas as cidades do Estado, excetuando-se a capital. Para a análise da cidade de São Paulo, modelos 1 a 3 (Tabela 5), os dados foram agregados ao nível distrital, segundo a denominação do IBGE. Foram considerados 95 distritos como universo amostral. O distrito de Marsilac foi excluído da amostra por falta de informações. Os dados foram plotados espacialmente de acordo com a Delegacia de Polícia (DP) onde foi registrada a ocorrência com letalidade de não-policiais, tanto para os casos envolvendo policiais civis como policiais militares. Como não existe correspondência exata entre a área de circunscrição das DPs e os distritos da capital, foi necessário plotar os dados por justaposição espacial. A metodologia de distribuição dos casos pela cidade de São Paulo tentou minimizar o erro de estimação. Mas cabe ressaltar que persistem problemas de distribuição dos casos que devem ser solucionados. Para fins analíticos, a distribuição por aproximação e justaposição

espacial resolve parcialmente o problema. O erro de estimação pode ser considerado aleatório, não interferindo, portanto, nas análises empreendidas.

DSECR – Secretários de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Indicador do perfil institucional da Segurança Pública. A distribuição dos secretários no período pesquisado não é uniforme. As trocas de secretários de segurança ocorrem em várias épocas do ano. Portanto, não é possível distribuir exatamente os secretários com os dados disponíveis. Para fins analíticos, foi considerado somente o secretário que ocupou a maior parte do ano de referência. Alguns secretários não foram considerados por não terem ocupado o cargo por pelo menos nove meses consecutivamente. O secretário de referência no modelo é o secr_9, dr. José Afonso da Silva (01/01/1995 a 03/02/1999). Os demais secretários são: dr. Saulo de Castro Abreu Filho (secr_11 – de 22/01/2002 até hoje), dr. Marco Vinício Petrelluzzi (secr_10 – de 04/02/1999 a 21/01/2002), dr. Odyr José Pinto Porto (secr_8 – de 01/01/1994 a 09/09/1994), dr. Pedro Franco de Campos (secr_7 – de 16/03/1991 a 08/10/1992), dr. Antonio Claudio Mariz de Oliveira (secr_6 – de 22/03/1990 a 16/03/1991), dr. Luiz Antonio Fleury Filho (secr_5 – de 16/03/1987 a 22/03/1990), dr. Eduardo Augusto Muylaert Antunes (secr_4 – de 14/02/1986 a 16/03/1987), dr. Michel Miguel Elias Temer Lulia (secr_3 – de 31/01/1984 a 14/02/1986 e de 05/01/1993 a 27/11/1993) e dr. Manoel Pedro Pimentel (secr_2 – de 15/03/1983 a 10/09/1983).

HOMSUS – Óbitos por Agressões. Óbitos gerais de residentes de uma unidade geográfica, segundo causa externa agressão. As informações de óbitos têm como fonte os atestados de óbito recebidos pelos cartórios de registro civil. A fonte dos dados é o Datasus, portanto, trata-se de um indicador externo ao sistema de segurança pública de violência.

HOMSSP – Ocorrências de Homicídio. Homicídios dolosos – ato de matar alguém deliberadamente – mensurados por meio de boletins de ocorrência registrados pela Polícia Civil. As fontes dos dados são a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade e a Secretaria de Segurança Pública - SSP/ Delegacia Geral de Polícia - DGP/ Departamento de Administração e Planejamento - DAP/ Núcleo de Análise de Dados. Trata-se de indicador de violência interno ao sistema de segurança pública.

ROUB – Ocorrências de Roubo Consumado. Ato de subtrair coisa alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. As fontes dos dados são a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade e a Secretaria de Segurança Pública - SSP/ Delegacia Geral de Polícia - DGP/ Departamento de Administração e Planejamento - DAP/ Núcleo de Análise de Dados. Trata-se de indicador de violência interno ao sistema de segurança pública.

TRAF – Ocorrências de Tráfico de Entorpecentes. Ato de importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer qualquer forma de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. As fontes são a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade e a Secretaria de Segurança Pública - SP/ Delegacia Geral de Polícia - DGP/ Departamento de Administração e Planejamento - DAP/ Núcleo de Análise de Dados. Trata-se de indicador de violência interno ao sistema de segurança pública.

ROUBVEI – Ocorrências de Roubo de Veículos Consumado. As fontes dos dados são a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade e a Secretaria de Segurança Pública - SSP/ Delegacia Geral de Polícia -

DGP/ Departamento de Administração e Planejamento - DAP/ Núcleo de Análise de Dados. Trata-se de indicador de violência interno ao sistema de segurança pública.

RENDA (cidade de São Paulo) – Porcentagem, no distrito da capital paulista, de chefes (homens ou mulheres) responsáveis pelo domicílio que ganham mais de 10 salários mínimos. As fontes dos dados são a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A correlação entre renda familiar e desenvolvimento econômico do distrito justifica a utilização da variável como *proxis* do desenvolvimento socioeconômico de cada distrito.

RENDA (Estado de São Paulo) – Renda média dos indivíduos residentes em cada cidade do Estado de São Paulo. A partir do Censo, soma-se todo tipo de renda obtido pelos moradores da localidade (salários, pensões, aposentadorias e transferências governamentais, entre outros). O resultado é dividido pelo número de habitantes da localidade (Ipea). Fonte(s): Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Tal como acontece para o nível distrital, a renda média dos residentes é uma *proxis* do desenvolvimento socioeconômico das cidades do Estado de São Paulo.

EVAC_ESC – Taxa de Evasão do Ensino Fundamental Municipal. Definição: porcentagem de alunos que abandonaram a escola antes da avaliação final ou que não preencheram os requisitos mínimos em frequência previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo. Fonte(s): Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade e Secretaria da Educação/Centro de Informações Educacionais – CIE. Essa variável é utilizada como uma *proxis* do nível de desorganização social das cidades paulistas. A supervisão de jovens e adolescentes ocupa papel central nas teorias ecológicas sobre o comportamento desviante. Não relacionada diretamente

com a pobreza, como é possível constar na tabela de correlação no Anexo 1 do trabalho, a taxa de evasão escolar expressa um descuido comunitário em relação aos jovens e aos adolescentes. Esse descuido expressa um baixo desenvolvimento comunitário e tende a favorecer o comportamento violento dos não-policiais e dos policiais, aumentando assim, em tese, a letalidade da ação policial.

IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ). Criado pela Fundação Seade, é calculado a partir da identificação dos fatores socioeconômicos e demográficos potencialmente capazes de afetar a vida dos adolescentes e jovens residentes nos distritos da capital. O IVJ varia em uma escala de 0 a 100 pontos, em que o zero representa o distrito com a menor vulnerabilidade e 100 com a maior. Fonte(s): Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. Tal como para o *evac_esc*, o IVJ é utilizado como uma *proxis* da desorganização social do distrito que favorece a presença de comportamento desviante e aumenta a probabilidade de letalidade da ação policial.

POP – População. As populações aqui consideradas resultam de um modelo de projeção demográfico baseado nos resultados do Censo Demográfico (Fundação IBGE) e nos indicadores de crescimento calculados a partir das Estatísticas Vitais processadas na Fundação Seade. Essas estimativas referem-se a 1º de julho de cada ano. A fonte dos dados é a Fundação Seade.

Resultados

A Tabela 1, a seguir, apresenta as estatísticas descritivas do número de pessoas mortas pela polícia nas cidades do Estado de São Paulo nos anos de 2001 a 2003, segundo o Banco de Dados da Comissão de Letalidade da Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo. A amostra de cidades não contém a capital do Estado, que será objeto de análise individualizado. A média de mortes pela polícia é de 0,38 não-policiais mortos em 2001, de 0,53 mortos em 2002 e de 0,47 pessoas mortas pela polícia no ano de 2003. O desvio-padrão varia de 20,84 pessoas mortas em 2002 a 10,85 pessoas mortas em 2001, demonstrando que a distribuição de mortes pela polícia foi muito mais concentrada em algumas cidades em 2001 do que em 2002. O ano de 2003 segue no mesmo padrão de dispersão do ano de 2002.

A máxima do ano de 2001 é de 25 mortes pela polícia, na cidade de Campinas, e a mínima é de nenhuma morte pela polícia em 561 cidades do Estado. A porcentagem de cidades com casos de letalidade é de 14,8% para o ano. Em 2002, a cidade que apresentou maior quantidade de casos de letalidade da ação policial foi Guarulhos, com 39 casos de pessoas mortas pela polícia, e 556 cidades não apresentaram nenhum caso de letalidade de não-policiais. No ano de 2003, a cidade com maior número de letalidade foi Santo André, com 32 casos, sendo que 587 cidades não apresentaram nenhum confronto com resultado letal de não-policiais.

As estatísticas descritivas utilizadas sugerem uma relativa estabilidade da concentração de letalidade em algumas cidades. O teste de correlação de Spearman demonstra que pouco menos da metade das cidades apresenta o mesmo padrão relativo de letalidade nos anos de 2001 e 2002. No entanto, essa correlação positiva deve-se à estabilidade nas cidades com nenhum caso de

letalidade. Quando consideradas somente as cidades com casos de letalidade, a correlação de posição é negativa (-0,50), sugerindo que as cidades não apresentam o mesmo padrão relativo de letalidade nos dois anos. Os dados sugerem que a presença ou ausência de letalidade segue certa lógica temporal, mas a quantidade de letalidade segue uma lógica mais localizada.

Tabela 1: Estatísticas descritivas dos mortos pela polícia no Estado de São Paulo.

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Hompol01	0	25	0,38	10,855
Hompol02	0	39	0,53	20,846
Hompol03	0	32	0,47	20,465
Correlação	0,42**			
N	644			

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das pessoas mortas por policiais na cidade de São Paulo, nos anos de 2001, 2002 e 2003, segundo o Banco de Dados da Comissão de Letalidade da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Conforme já comentado, os dados foram plotados espacialmente segundo a Delegacia de Polícia Civil (DP) onde foi registrada a ocorrência. A distribuição das DPs nos distritos da capital foi feita com base na justaposição das áreas de circunscrição da DP e do distrito. Acredita-se que os erros de mensuração sejam aleatórios e não correlacionados entre si, não prejudicando, portanto, a análise estatística.

A média de pessoas mortas pela polícia nos distritos da capital foi de 2,09 no ano de 2001, de 3,02 no ano de 2002 e de 3,01 no ano de 2003. Os desvios-padrão foram de 2,05; 3,01 e 3,01, respectivamente, sugerindo uma maior concentração de letalidade em 2001 do que nos anos de 2002 e 2003.

A maior quantidade de letalidade em 2001 foi de 11 casos, nos distritos do Jaçanã e Jardim São Luis, e em 11 distritos não existiram casos de

letalidade. Em 2002, o distrito com maior número de casos de letalidade foi Sapopemba, com 19 casos, sendo que em 12 distritos nenhuma pessoa foi morta pela polícia. Em 2003, novamente Sapopemba aparece como o distrito com maior quantidade de confrontos letais, 15 com casos de mortes de não-policiais; somente quatro distritos não tiveram letalidade em confrontos.

A estabilidade da concentração das mortes pela polícia é de aproximadamente 50%. Ou seja, quase que metade dos distritos da capital do Estado apresenta a mesma posição relativa no ranking de letalidade nos anos de 2001 e 2002. Diferentemente do que acontece para as cidades do Estado, não há mudança radical quando se consideram somente os distritos com casos de letalidade. A correlação, embora menor (0,34), continua positiva e estatisticamente significativa, indicando que, no caso de São Paulo, tanto a quantidade de mortos pela polícia quanto a concentração desses mortos seguem a mesma lógica.

Tabela 2: Estatísticas descritivas dos mortos pela polícia na cidade de São Paulo.

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Hompol01	0	11	2,09	2,05
Hompol02	0	19	3,02	3,01
Hompol03	0	15	3,06	3,01
Correlação	0,49**			
N	95			

A Tabela 3 apresenta os resultados dos modelos de regressão utilizados para entender a relação entre o padrão da letalidade no Estado de São Paulo e a dinâmica criminal e as mudanças institucionais. Seguindo o mesmo modelo de análise desenvolvido em Oliveira (2003), foram empregados dois modelos distintos. O modelo 1 da Tabela 3 busca captar o impacto da dinâmica criminal no nível de letalidade da ação policial. Como especificado na seção

anterior, a variável independente do modelo é um *lag* da transformação logarítmica dos homicídios que ocorreram no Estado de São Paulo, descontadas as mortes pela polícia. Os modelos têm nível de significância estatística de 5%. Os betas (β) com significância estatística estão assinalados com asterisco. Entre parênteses são apresentados os erros-padrão de cada beta. Tal como encontrado em Oliveira (2004), não existe qualquer relação entre o grau de atividade criminal e o padrão de letalidade da ação policial.

O modelo 2 da mesma tabela apresenta o resultado da análise do impacto das variáveis institucionais. Tal como previsto pela hipótese teórica do trabalho, o padrão de letalidade da ação policial sofre grande influência das mudanças institucionais. Em Oliveira (2003), foi encontrado que as mudanças nos Executivos estaduais respondem por aproximadamente 40% da variância na taxa de letalidade. Nesse trabalho, os resultados demonstram que as mudanças na chefia da Secretaria de Segurança Pública são ainda mais significativas para compreender as taxas de letalidade no Estado. Aproximadamente 90% da variância na taxa de pessoas mortas pela polícia está relacionada diretamente com o perfil do secretário estadual de Segurança Pública. Ou seja, com o modelo é possível afirmar, com quase 90% de certeza, que modificações na burocracia do sistema de segurança pública alteram o padrão de letalidade da ação policial em São Paulo.

Os secretários com perfil mais voltado para uma política de valorização do confronto têm grande probabilidade de apresentarem taxas maiores de mortes pela polícia do que aqueles que buscam a implementação de formas menos repressivas de segurança pública. Em resumo, o padrão de letalidade da ação policial em São Paulo possui forte associação com variáveis institucionais. Se os dados apresentados estão corretos, o fortalecimento da Corregedoria e sua independência do campo de ação política são fundamentais

para a redução das taxas de letalidade no Estado de São Paulo. Quanto mais os mecanismos internos de controle da atividade policial ficarem próximos das variações dos Executivos estaduais, maior a probabilidade de existirem flutuações nas taxas de mortos pela polícia. Isso tende a acontecer independente das variações das taxas de crime e violência. Mas se o modelo institucional é um bom preditor das taxas gerais de mortos pela polícia, ele acrescenta pouco quando voltamos nossas atenções para a distribuição espacial ou social dessas mortes.

Tabela 3: Coeficientes dos modelos de regressão		
Variáveis independentes	Modelo 1	Modelo 2
Intercepto	0,003 (0,285)	500,50 (65,33)
Homsus	0,000 (0,000)	--
ddsecr_2	--	-161,25 (146,09)
dsecr_3	--	6,00 (99,80)
dsecr_4	--	-90,25 (146,10)
dsecr_5	--	-115,58 (99,80)
dsecr_6	--	94,50 (146,09)
dsecr_7	--	746,50* (113,16)
dsecr_8	--	21,50 (146,09)
dsecr_10	--	243,83* (146,09)
dsecr_11	--	300,50* (99,80)
R	0,042	0,93
r ²	0,02	0,87
N	22	20
Variável dependente	Difhompol	Hompol

* p ≥ 0,5

As tabelas 4 e 5 apresentam os resultados dos modelos de regressão que buscam dar uma resposta adequada à questão da distribuição espacial e social da letalidade da ação policial. A análise dos resultados será feita para 2002, que é o ano com maior consistência nos dados reunidos durante a pesquisa. Todos os modelos possuem nível de significância estatística de 5%.

Os betas (β) com significância estatística estão assinalados com asterisco. Entre parênteses são apresentados os erros-padrão de cada beta.

A Tabela 4 apresenta os resultados do modelo de regressão utilizado para entender o impacto das variáveis econômicas, ecológicas e criminais na distribuição dos casos de letalidade entre as cidades do Estado de São Paulo. O modelo de regressão 1 da Tabela 4 tem como variáveis independentes a renda da cidade (renda), a população da cidade (pop) – que serve como uma variável de controle e de ajuste do modelo –, os homicídios registrados pela Secretaria de Saúde no ano de 2002 (homsus02), a quantidade de roubos registrada no ano de 2002 (roub02), o tráfico de drogas registrado no ano de 2002 (traf02) e os roubos de veículos registrados em 2002 (roub02).

Os resultados do modelo 1 sugerem que a renda da cidade tem uma associação positiva, mas não significativa estatisticamente com a letalidade policial quando controlada pelas demais variáveis do modelo. A população, como era de se esperar, apresenta uma relação significativa e positiva com a letalidade, indicando que quanto maior o número de habitantes da cidade, maior o número de pessoas mortas pela polícia. Os homicídios do mesmo ano, quando computados pelo sistema de saúde, apresentam associação positiva e significativa com os homicídios cometidos por policiais, assim como os roubos e os roubos de veículos. A única variável criminal sem associação significativa com o nível de letalidade na cidade é o tráfico de drogas. Tais resultados indicam que as variáveis socioeconômicas não contribuem para a explicação do nível de letalidade da ação policial nas cidades paulistas quando controladas pelas variáveis criminais, tal como proposto pelo modelo teórico.

No modelo 2, a renda foi substituída pela taxa de evasão escolar (eva_esc), utilizada como uma *proxis* de desorganização social, e os homicídios foram computados com base nos dados da Secretaria de Segurança. Para uma

avaliação das correlações entre os dados de homicídios da Secretaria de Segurança e os dados de homicídios da Secretaria de Saúde, consultar as tabelas de correlações no Anexo 1. As demais correlações entre as variáveis também estão apresentadas nas tabelas do Anexo 1. Os resultados do modelo 2 indicam que a taxa de evasão escolar está associada negativamente e possui significância estatística. Isso sugere que a desorganização social da cidade é um fator que contribui para a presença de letalidade da ação policial. Ou seja, quando menor a desorganização social (aqui, quanto maior a taxa de evasão escolar entre as crianças), menor o número de mortes pela polícia.

As variáveis criminais, excetuando-se o tráfico de drogas, continuam apresentando impacto positivo e significativo nas taxas de letalidade nas cidades paulistas. Esses resultados sugerem dois tipos de interpretação distintos. Uma interpretação é que as variáveis criminais apresentam associação independente com a letalidade policial, indicando que a atividade criminal não é um preditor do padrão de letalidade da polícia, mas é um preditor da concentração espacial da letalidade. Uma outra interpretação é que a concentração da atividade criminal e da letalidade de não-policiais é causada pelo mesmo fator, a desorganização social da área. Como a variação dos betas é muito pequena devido à presença da população como variável de controle e de ajuste do modelo, não foi possível determinar o impacto do beta da evasão escolar nos betas das variáveis criminais, o que ajudaria na elucidação de qual das duas interpretações é a correta. Futuros trabalhos poderão contribuir para esclarecer essa questão.

O modelo 5 substitui os homicídios computados pela Secretaria de Segurança Pública (homssp) pelos coletados pela Secretaria de Saúde para testar se existem alterações nos resultados. O modelo 5 indica que resultados continuam semelhantes ao modelo 4, com a única diferença de que o roubo

perde significância estatística. Isso indica que existe uma interação entre roubo e homicídio medida pelo sistema de saúde (homsus), quando controlado pelas demais variáveis. Como o homsus permanece significativo, a interpretação mais plausível é que o roubo tem menor importância para explicar as taxas de letalidade nas cidades paulistas do que as demais atividades criminais. O mesmo se aplica ao tráfico de drogas registrado pela polícia.

Análise semelhante foi aplicada aos dados criminais do ano 2001. Buscando testar se existia alteração dos resultados quando considerado o nível de atividade criminal no ano anterior, os resultados encontrados são semelhantes aos modelos com variáveis criminais do mesmo ano. Os coeficientes de regressão desses modelos estão apresentados na Tabela 7 do Anexo 1.

Tabela 4: Coeficientes dos modelos de regressão			
Variáveis independentes	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
intercepto	0,03 (0,15)	0,10 (0,46)	0,09 (0,41)
renda	0,00 (0,00)	--	--
eva_esc	--	-0,02* (0,02)	-0,02* (0,02)
pop	0,00* (0,00)	0,00* (0,00)	0,00* (0,00)
homssp02		0,03 (0,01)*	--
homsus02	0,02* (0,00)	--	0,03* (0,09)
Roub02	0,00* (0,00)	0,00* (0,00)	0,00 (0,00)
Traf02	0,00 (0,00)	0,01 (0,00)	0,01 (0,00)
roubvei02	0,00* (0,00)	0,01* (0,00)	0,00* (0,00)
R	0,90	0,86	0,89
R ²	0,81	0,80	0,80
N	644	644	644
Variável dependente	Hompol02	Hompol02	Hompol02
* p ≥ 0,5			

A Tabela 5 apresenta os mesmos modelos de regressão da tabela anterior para a cidade de São Paulo. A única diferença é que foi utilizado o IVJ como variável *proxis* de desorganização social do distrito em vez da taxa de evasão escolar. Como se trata de um índice especificamente criado para medir o grau de vulnerabilidade social das crianças e dos adolescentes nos distritos da capital do Estado, optou-se por utilizá-lo, mesmo como o forte problema de colinearidade entre o IVJ e a renda do distrito (consultar Tabela 5 do Anexo 1).

Diferente do encontrado para as cidades do Estado, existe associação estatística entre a renda do distrito e as taxas de letalidade da ação criminal. Quanto maior a renda do distrito, menor a probabilidade de presença de ação letal da polícia. Outra marcante diferença com relação aos dados para o Estado, contudo, diz respeito ao tráfico de drogas registrado, que passa a ter associação positiva e significativa com a letalidade no distrito. O tamanho da população não está estatisticamente relacionado com a quantidade de mortes pela polícia nos distritos. A medida de desorganização social utilizada (IVJ) apresenta associação negativa e significativa com o grau de letalidade no distrito. O coeficiente de regressão do IVJ é consideravelmente maior do que o da renda, indicando que a presença de mortes pela polícia está mais associada com a baixa organização social do que propriamente com o nível de renda do distrito. Ou seja, os distritos com baixa renda e alta organização social são praticamente os mesmos, mas existem mais mortes pela polícia naqueles distritos com maior nível de desorganização social.

As mesmas questões levantadas para a relação entre atividade criminal e letalidade da ação policial no nível estadual persistem ao nível local. Também foi testado se o nível de atividade criminal no ano anterior alteraria os resultados encontrados. Tal como ocorreu no nível estadual, não houve nenhuma alteração nos resultados. Os resultados desses modelos são apresentados na Tabela 8 do Anexo 1.

Tabela 5: Coeficientes dos modelos de regressão

Variáveis independentes	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
intercepto	-1,72 (0,88)	-0,40 (1,15)	-0,54 (1,22)
renda	-0,02* (0,02)*	--	--
ivj	--	-0,03* (0,02)*	-0,03* (0,02)
pop02	0,00 (0,00)	0,00 (0,00)	0,00 (0,00)
homssp02	--	0,01 (0,01)	--
homsus02	0,01* (0,01)	--	0,99 (0,65)
roub02	0,00* (0,00)	0,00* (0,00)	0,00 (0,71)
traf02	0,01* (0,01)	0,01 (0,01)	0,01* (0,00)
roubvei02	0,00* (0,00)	0,00* (0,00)	0,00* (0,00)
R	0,56	0,33	0,58
R ²	0,32	0,27	0,33
N	94	94	94
Variável dependente	Hompol02	Hompol02	Hompol02
* p ≥ 0,5			

Quinta Parte

Discussão dos Resultados: teoria e realidade

Os dados estatísticos demonstram que o padrão da letalidade policial está relacionado com variáveis institucionais e a distribuição da letalidade está relacionada com as variáveis ecológicas. Mas se, por um lado, os dados estatísticos contribuem para se revelar tendências sociológicas e auxiliam no teste de hipóteses consolidadas na literatura científica, por outro, não favorecem a verificação da plausibilidade empírica da interpretação teórica. Por mais que o comportamento das variáveis se ajuste aos modelos estatísticos testados, existe sempre o risco de os resultados estatísticos estarem baseados em relações espúrias entre as variáveis escolhidas para se pesquisar os fenômenos sociais.

O problema da validade e da confiabilidade dos dados, presente em qualquer trabalho de cunho estatístico, é particularmente relevante nos estudos sobre dinâmicas criminais, principalmente nos estudos sobre a letalidade da ação policial, em que a endogeneidade da coleta e avaliação dos dados é ainda mais pronunciada do que nos estudos sobre o crime e a violência de maneira geral. Portanto, a aplicação de modelos teóricos e a confirmação desses modelos por meio de dados estatísticos devem ser cercadas de cuidados epistemológicos para não se tirar conclusões apressadas que não se sustentam quando confrontadas com a realidade social.

Uma das formas de minimizar os riscos assumidos no processo de formulação teórica é avaliar os modelos na realidade que se pretender conhecer. Nesse sentido, as técnicas etnográficas são o recurso metodológico mais indicado. Mas como estamos tratando de um fenômeno de quase que

impossível observação etnográfica, a alternativa metodológica é a pesquisa sistemática com os participantes do fenômeno. No caso da letalidade da ação policial, existem dois atores principais: os não-policiais e os policiais. A pesquisa sistemática dos não-policiais, criminosos motivados ou não, poderia esclarecer o método de atuação da polícia, as irregularidades cometidas, os preconceitos e preceitos sociais que motivam o recurso à letalidade. Todos esses componentes da letalidade da ação policial são de suma importância, mas não fazem parte do objetivo deste trabalho. Portanto, a validação dos resultados encontrados deve passar pelo crivo da outra parte integrante do fenômeno, os policiais, que podem confirmar se as evidências reunidas e o modelo teórico proposto encontram respaldo na vida real. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas em profundidade com policiais civis e policiais militares sobre a importância dos fatores sociais, econômicos e institucionais para se entender os casos de morte de não-policiais em confronto com policiais.

Foram feitas 17 entrevistas com os comandantes de área do policiamento da Capital e da Baixada Santista. A amostra foi definida por sua representatividade estratégica para a construção da reformulação das políticas públicas de controle e monitoramento da atividade policial. Os nove delegados seccionais da Polícia Civil e os oito comandantes de área da Polícia Militar ocupam o mais elevado posto de comando de policiamento territorial (sem contar os comandos gerais da PM e da PC). Esses policiais possuem, portanto, uma posição sensível que permite avaliar: I) a cadeia de comando da polícia paulista; II) a dimensão institucional da hierarquia da polícia; III) a percepção policial sobre os contextos ecológicos do crime e da violência; IV) os entraves para o funcionamento das políticas públicas de controle da atividade policial; e, por fim, V) a relação entre atividade policial e letalidade policial.

As entrevistas apontam que os modelos teóricos encontram forte respaldo na realidade paulista. Por meio do material qualitativo recolhido, é possível perceber a importância das variáveis institucionais e das variáveis ecológicas na explicação da letalidade policial. Para um comandante de área da Polícia Militar, a baixa taxa de letalidade é resultado de boa instrução e bons equipamentos. Ou seja, o posicionamento e o apoio institucional são fundamentais para compreender a letalidade. Para os policiais pesquisados, existe um claro impacto das estruturas institucionais no nível de letalidade da ação policial.

“Segurança é procedimento. Por isso, nós temos todos os Procedimentos Operacionais Padrão justamente para dar garantia para o policial, para que ele execute o serviço sem problema. Outra coisa que dá muita segurança para o policial é o equipamento. Então, o policial, estando com seu colete, com sua arma, conhecendo os procedimentos, ele é uma pessoa mais segura. Ele é uma pessoa que, tendo treinamento, não vai fazer nenhuma besteira. Então, na polícia, para reduzir a letalidade, deve-se investir em duas coisas: instrução e treinamento.” (comandante de área da PM)

Como podemos notar na passagem acima, que se repete em diferentes graus nas demais entrevistas, o padrão letal da polícia está relacionado com o perfil institucional. O investimento em treinamento influencia difusamente a queda na letalidade da ação policial. Tal como encontrado nos modelos de regressão, as entrevistas com policiais confirmam

que estes profissionais condicionam suas ações ao padrão esperado pela instituição. Esses achados empíricos contradizem fortemente parte da teoria sociológica nacional que acredita que a letalidade da ação policial é pouco ou nada sujeita ao condicionamento institucional. Quando perguntados especificamente sobre o papel da Corregedoria, os policiais ouvidos seguem a mesma linha argumentativa.

“O negócio com a Corregedoria é simples. Ela precisa fazer o trabalho dela; só isso. Pegar os caras que estão fazendo besteira. É só encaminhar que eles vão atrás. Isso tem ajudado bastante o trabalho de quem trabalha sério. Isso tem um impacto grande no trabalho de todo mundo.”
(delegado seccional da PC)

A Corregedoria tem um grande impacto na forma de atuação do policial. Não somente como um fator condicionante *ex post*, mas como um elemento de constrangimento individual *ex antes*. O depoimento a seguir coaduna com a interpretação de que os mecanismos de controle interno são fundamentais para se entender a dinâmica geral da letalidade da ação policial.

“Os caras tremem quando vêm a boina azul (parte do uniforme dos policiais lotados na Corregedoria da Polícia Militar de São Paulo). Têm de tremer, senão ninguém segura.” (policial militar)

Um exemplo típico da importância fundamental dos mecanismos de controle da letalidade da ação policial apontado pelos policiais é o Proar. O

programa que afastava os policiais militares que se envolveriam com alguma operação de risco foi sistematicamente apontado pelos policiais entrevistados com uma forma eficiente de controle de letalidade, principalmente no controle dos policiais que extrapolam suas funções, seja por motivos emocionais seja por motivos legais. É importante ressaltar que os policiais ouvidos são taxativos quanto ao padrão de letalidade aceitável. Segundo alguns dos entrevistados, os policiais que se envolveram em mais de uma operação com resultado letal dificilmente estão agindo corretamente. De acordo com os entrevistados, o problema pode ser derivado de distúrbios emocionais ou estar relacionado ao exercício ilegal da profissão.

“O Proar é muito importante, porque mesmo o policial que se envolveu pela primeira vez em uma ocorrência desse tipo, a gente precisa monitorar para saber se não tem nenhum desvio. Porque uma pode ser normal, mas duas, três, quatro, cinco... upa!!!! Ou temos desvio de tendência ou o cara está fazendo alguma coisa esquisita. Mas de qualquer forma é um desvio.” (comandante de área da PM)

Mas se as variáveis institucionais estão fortemente relacionadas com o padrão geral da letalidade, segundo os policiais ouvidos, as variáveis contextuais se associam aos fatores de risco para um desfecho letal dos casos. Quase todos os policiais ouvidos, quando vão dar algum exemplo do que é considerado um risco à letalidade do policial ou do não-policial inocente, descrevem o meio ambiente comunitário para salientar as dificuldades

encontradas no policiamento. O trecho a seguir ilustra bem a importância da morfologia comunitária no risco do policial.

“O policial entra naquele lugar hostil, onde ele não conhece nada. Aquela ruela que parece um labirinto e o cara que ele está atrás conhece cada buraco. Ele sabe que está correndo risco. Ele tem de estar muito preparado para quando aparecer um trouxa que está tão assustado quanto ele não atirar de bobeira. Ele deve estar de olho em tudo para proteger a vida dele e a dos outros.” (delegado seccional da PC)

Como é possível verificar na passagem acima, o contexto ambiental favorece a concentração de letalidade em algumas regiões da cidade. É possível perceber vários elementos do discurso do policial que confirmam a importância de características físicas e sociais como um preditor do risco de letalidade de não-policiais. A hostilidade do lugar, como apresentada pelo policial, está ligada tanto com a desintegração social quanto com a degradação física do local. O lugar tem uma morfologia física degradante, é um buraco que parece um labirinto, e não existe um senso comunitário forte, aparece um “trouxa assustado”. Ou seja, fatores ambientais aumentam o estado de alerta do policial e tendem a condicionar suas ações. Os lugares e pontos considerados hostis aumentam o risco de letalidade da ação, sobrepondo-se às variáveis institucionais, como demonstra a passagem a seguir.

“Para analisar a questão da letalidade da ação, você deve levar em conta a característica da ocorrência. Não existe

uma regra clara. Às vezes uma operação banal pode se tornar perigosa. Depende do local, da área, enfim. Você tem de ver o lado do policial, ele está em um ambiente hostil, em um ambiente onde ele não fica normalmente, então existe risco. Vai entrar em uma favela, e no meio daquelas ruelas o policial não conhece nada. Em compensação, o outro indivíduo conhece tudo. Você entra a mil, com a adrenalina lá em cima.” (delegado seccional da PC)

Não há um padrão claro de letalidade, segundo o policial. Sendo assim, os preceitos institucionais não conseguem abarcar todos os elementos presentes em uma ocorrência policial. Em outras palavras, existe um campo limitado no qual os padrões de conduta estabelecidos pela instituição exercem sua influência sobre o comportamento policial. As fronteiras do campo de atuação institucional são os aspectos ecológicos da ocorrência. A partir de determinado ponto, é preciso analisar caso a caso. Não existe espaço para generalizações do que seja uma ocorrência banal ou com risco potencial de letalidade. O que determina os riscos não é mais o tipo de ocorrência em si, como destaca o policial, mas sim o ambiente onde é dada a ocorrência.

As entrevistas qualitativas realizadas com os policiais foram altamente favoráveis para a comprovação dos modelos teóricos e resultados estatísticos apresentados neste trabalho. Não foram encontradas claras evidências que desmontem a linha argumentativa proposta. Ainda é cedo para afirmar o alcance explicativo das variáveis ecológicas e das variáveis institucionais para a letalidade da ação policial. Outras pesquisas precisam ser feitas na área para consolidar os modelos teóricos e metodológicos apresentados. Mas não é

incorreto afirmar que existe uma relação entre esses tipos de variáveis e a letalidade. É o que dizem os dados, é o que afirmam as pessoas.

Sexta Parte

Comentários Finais

Este trabalho apresenta dois tipos de contribuições distintas, uma de cunho mais teórico e outra de cunho mais pragmático. Em relação à contribuição teórica, é possível destacar a apresentação de formas alternativas de interpretação das taxas de letalidade no Brasil e a utilização de uma abordagem multimetodológica para estudar a ação letal da polícia. No que diz respeito à contribuição pragmática, podemos destacar a vinculação da letalidade da ação policial ao tipo de política pública de combate ao crime e à violência.

A produção científica tem sido dominada por uma tradição teórica fortemente marcada pela abordagem sistêmica das questões relacionadas à violência e ao crime. Os fenômenos criminológicos ou criminais encontram sua explicação, segundo essas correntes, na superestrutura social. A pobreza endêmica e a fragilidade do Estado Nacional são os principais fatores apontados como causadores dos níveis de violência em que vivemos. Partindo dessa linha epistemológica, a polícia tende a ser vista como um instrumento de manutenção de privilégio de classe. E as populações de baixa renda são vistas, por esses modelos teóricos, como reféns de policiais “porteiros sociais” ou de criminais “pseudo-revolucionários”. Portanto, quase sempre aparecem na nossa produção como atores sociais frágeis e com poucos recursos de transformação da realidade em que se encontram.

Sendo assim, a letalidade da ação policial aparece como uma evidência cristalina desse macroprocesso socioeconômico. A agenda de pesquisa que se abre com este estudo oferece uma visão teórica alternativa da letalidade policial. Ao deslocar a letalidade das explicações do tipo sistêmica, a pesquisa abre

espaço para novas interpretações sobre nossos problemas de segurança pública. As relações entre desorganização social, eficácia coletiva ou capital social com o crime e com a violência ainda estão por ser estudadas. Os dados reunidos aqui se mostraram altamente favoráveis para essa agenda teórica.

Outra contribuição teórica da pesquisa é a utilização de várias técnicas metodológicas para se estudar a letalidade da ação policial. A pesquisa recorreu a pelo menos três tipos de técnicas diferentes: estatística descritiva, modelo de regressão e entrevista em profundidade. Cada uma dessas técnicas serviu e serve para lidar com uma dimensão específica dos fenômenos sociais. As estatísticas descritivas se ajustam perfeitamente à aproximação inicial dos complexos fenômenos sociais, como é caso da letalidade da ação policial. Os modelos de regressão são mais indicados para comprovação ou refutação de modelos teóricos consolidados. E, por fim, as técnicas qualitativas são imprescindíveis quando se propõem novas alternativas interpretativas para os antigos problemas sociais brasileiros. A pesquisa acrescenta uma modesta contribuição ao corpo geral da teoria social nacional ao demonstrar que os diversos métodos de pesquisa social são complementares e não concorrentes.

Finalmente, e provavelmente o mais importante, os resultados da pesquisa implicam um questionamento sobre o desenho adequado de políticas públicas de combate às taxas de letalidade da ação policial. Caso os resultados caminhem na direção correta, o fortalecimento e a independência das corregedorias de polícia do sistema político são fortemente recomendados para a redução geral das taxas de letalidade da ação policial. Outro ponto a ser abordado refere-se ao perfil de políticas públicas de segurança – as evidências encontradas demonstram que diferentes perfis institucionais das políticas públicas na área apresentam alto impacto nas taxas de letalidade. Portanto, o monitoramento e a avaliação de cada tipo de política pública de segurança são

passos fundamentais para reduzir as taxas gerais de letalidade. Ao saber exatamente quais tipos de política podem significar alterações indesejáveis nas taxas de letalidade, é possível coordenar adequadamente os esforços públicos e sociais para a correção dos rumos tomados. Por fim, ao se confirmar as evidências reunidas sobre a importância do aspecto contextual da ocorrência como um preditor do risco da concentração espacial de letalidade da ação policial, é preciso introduzir um componente ecológico nas políticas de combate à letalidade. A polícia comunitária e a indução do fortalecimento dos laços comunitários são alguns dos pontos que devem ser encarados não só como um avanço no policiamento, mas também como uma medida profilática de combate à letalidade da ação policial.

Anexo 1

Tabela 1: Correlações entre pessoas mortas por policiais e policiais mortos na cidade de São Paulo, nos anos de 2001, 2002 e 2003.

	1	2	3	4	5	6
1. hompol01	1					
2. polhom01	0,391** (0,000)	1				
3. hompol02	0,563** (0,000)	0,197 (0,055)	1			
4. polhom02	0,378** (0,000)	0,166 (0,108)	0,554** (0,000)	1		
5. hompol03	0,610** (0,000)	0,333** (0,001)	0,728** (0,000)	0,463** (0,000)	1	
6. polhom03	0,161 (0,120)	-0,020 (0,850)	0,198 (0,054)	0,041 (0,696)	0,146 (0,157)	1

Nível de significância = * $p \geq 0,5$

Nível de significância = ** $p \geq 0,1$

Tabela 2: Correlações entre pessoas mortas por policiais e policiais mortos no Estado de São Paulo, nos anos de 2001, 2002 e 2003.

	1	2	3	4	5	6
1. hompol01	1					
2. polhom01	0,652** (0,000)	1				
3. hompol01	0,921** (0,000)	0,735** (0,000)	1			
4. polhom02	0,519* (0,027)	0,802** (0,002)	0,622** (0,003)	1		
5. hompol03	0,880** (0,000)	0,624** (0,001)	0,890** (0,000)	0,534* (0,013)	1	
6. polhom03	0,595** (0,009)	0,532 (0,075)	0,579* (0,015)	0,558 (0,193)	0,319 (0,170)	1

Nível de significância = * $p \geq 0,5$

Nível de significância = ** $p \geq 0,1$

Tabela 3 - Matriz de correlações para o Estado de São Paulo, modelos 1 – 3.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1. hompol02	1										
2. polhom02	0,755** (0,000)	1									
3. renda	0,274** (0,000)	0,230** (0,000)	1								
4. PIB	0,057 (0,148)	0,051 (0,193)	0,219** (0,000)	1							
5. pop02	0,739** (0,000)	0,606** (0,000)	0,483** (0,000)	0,090* (0,022)	1						
6. evac_esc	-0,055 (0,254)	-0,064 (0,189)	-0,129** (0,008)	-0,036 (0,462)	-0,099* (0,042)	1					
7. homssp02	0,880** (0,000)	0,756** (0,000)	0,297** (0,000)	0,065 (0,098)	0,853** (0,000)	-0,047 (0,328)	1				
8. homsus02	0,890** (0,000)	0,756** (0,000)	0,287** (0,000)	0,068 (0,084)	0,845** (0,000)	-0,045 (0,353)	0,991** (0,000)	1			
9. roubo02	0,823** (0,000)	0,683** (0,000)	0,389** (0,000)	0,081* (0,040)	0,831** (0,000)	-0,055 (0,257)	0,891** (0,000)	0,866** (0,000)	1		
10. traf02	0,550** (0,000)	0,513** (0,000)	0,487** (0,000)	0,048 (0,225)	0,759** (0,000)	-0,089 (0,067)	0,633** (0,000)	0,601** (0,000)	0,777** (0,000)	1	
11. rouvei02	0,781** (0,000)	0,482** (0,000)	0,274** (0,000)	0,072 (0,070)	0,657** (0,000)	-0,030 (0,538)	0,696** (0,000)	0,689** (0,000)	0,657** (0,000)	0,414** (0,000)	1

Nível de significância = *p ≥ 0,5

Nível de significância = **p ≥ 0,1

Tabela 4 - Matriz de correlações para o Estado de São Paulo, modelos 4 – 6.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1. hompol02	1										
2. polhom02	0,755** (0,000)	1									
3. renda	0,274** (0,000)	0,230** (0,000)	1								
4. PIB	0,057 (0,148)	0,051 (0,193)	0,219** (0,000)	1							
5. pop02	0,739** (0,000)	0,606** (0,000)	0,483** (0,000)	0,090* (0,022)	1						
6. evac_esc	-0,055 (0,254)	-0,064 (0,189)	-0,129** (0,008)	-0,036 (0,462)	-0,099* (0,042)	1					
7. homssp01	0,860** (0,000)	0,716** (0,000)	0,301** (0,000)	0,067 (0,087)	0,842** (0,000)	-0,045 (0,357)	1				
8. homsus01	0,892** (0,000)	0,756** (0,000)	0,292** (0,000)	0,077 (0,051)	0,846** (0,000)	-0,046 (0,342)	0,977** (0,000)	1			
9. roubo01	0,825** (0,000)	0,582** (0,000)	0,364** (0,000)	0,067 (0,088)	0,811** (0,000)	-0,058 (0,228)	0,889** (0,000)	0,856** (0,000)	1		
10. traf01	0,534** (0,000)	0,516** (0,000)	0,483** (0,000)	0,051 (0,200)	0,746** (0,000)	-0,081 (0,093)	0,633** (0,000)	0,576** (0,000)	0,737** (0,000)	1	
11. rouvei01	0,822** (0,000)	0,516** (0,000)	0,275** (0,000)	0,075 (0,057)	0,686** (0,000)	-0,034 (0,482)	0,777** (0,000)	0,761** (0,000)	0,817** (0,000)	0,449** (0,000)	1

Nível de significância = *p ≥ 0,5

Nível de significância = **p ≥ 0,1

Tabela 5 - Matriz de correlações para a cidade de São Paulo, modelos 1 – 3.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. hompol02	1									
2. polhom02	0,554** (0,000)	1								
3. renda	-0,334** (0,001)	-0,075 (0,473)								
4. IVJ	0,413** (0,000)	0,156 (0,131)	-0,933** (0,000)	1						
5. pop02	0,388** (0,000)	0,323** (0,001)	-0,444** (0,000)	0,530** (0,000)	1					
6. taxhomssp02	0,429** (0,000)	0,282** (0,006)	-0,487** (0,000)	0,632** (0,000)	0,558** (0,000)	1				
7. taxhomsus02	0,422** (0,000)	0,312** (0,002)	-0,581** (0,000)	0,710** (0,000)	0,840** (0,000)	0,698** (0,000)	1			
8. taxroub02	0,160 (0,122)	0,151 (0,144)	0,235* (0,022)	-0,151 (0,143)	0,230* (0,025)	0,273** (0,008)	0,137 (0,187)	1		
9. taxtraf02	0,255* (0,013)	0,190 (0,066)	-0,135 (0,192)	0,164 (0,113)	0,148 (0,151)	0,290** (0,004)	0,178 (0,084)	0,308** (0,002)	1	
10. taxroubvei02	0,450** (0,000)	0,352** (0,000)	-0,137 (0,186)	0,219* (0,033)	0,499** (0,000)	0,391** (0,000)	0,397** (0,000)	0,531** (0,000)	0,140 (0,175)	1

Nível de significância = *p ≥ 0,5

Nível de significância = **p ≥ 0,1

Tabela 6 - Matriz de correlações para a cidade de São Paulo, modelos 4 – 6.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. hompol02	1									
2. polhom02	0,554** (0,000)	1								
3. renda	-0,334** (0,001)	-0,075 (0,473)	1							
4. IVJ	0,413** (0,000)	0,156 (0,131)	-0,933** (0,000)	1						
5. pop02	0,388** (0,000)	0,323** (0,001)	-0,444** (0,000)	0,530** (0,000)	1					
6. homssp01	0,414** (0,000)	0,284** (0,005)	-0,537** (0,000)	0,680** (0,000)	0,555** (0,000)	1				
7. homsus01	0,392** (0,000)	0,273** (0,007)	-0,577** (0,000)	0,701** (0,000)	0,854** (0,000)	0,723** (0,000)	1			
8. roub01	0,166 (0,107)	0,095 (0,359)	0,194 (0,059)	-0,151 (0,143)	0,104 (0,317)	0,190 (0,065)	0,010 (0,921)	1		
9. traf01	0,113 (0,277)	0,165 (0,111)	0,000 (0,999)	0,016 (0,875)	0,089 (0,389)	0,187 (0,070)	0,047 (0,650)	0,337** (0,001)	1	
10. roubvei01	0,490** (0,000)	0,420** (0,000)	-0,199 (0,053)	0,287** (0,005)	0,549** (0,000)	0,399** (0,000)	0,421** (0,000)	0,329** (0,001)	0,099 (0,341)	1

Nível de significância = *p ≥ 0,5

Nível de significância = **p ≥ 0,1

Tabela 7: Coeficientes dos modelos de regressão.

Variáveis independentes	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 6
Intercepto	0,00 (0,15)	0,02 (0,10)	0,09 (0,10)
Renda	0,00 (0,00)	--	--
eva_esc	--	- 0,01 (0,00)	- 0,02* (0,02)
Pop	0,00* (0,00)	0,00* (0,00)	0,00* (0,00)
Homssp01		0,02* (0,01)	--
Homsus01	0,02* (0,00)	--	0,03* (0,00)
roub01	0,00* (0,00)	0,00* (0,00)	0,00 (0,00)
traf01	0,01* (0,00)	0,01 (0,00)	0,01* (0,00)
Roubvei01	0,00* (0,00)	0,01* (0,00)	0,00* (0,00)
R	0,89	0,88	0,89
R ²	0,80	0,78	0,80
N	644	644	644
Variável dependente	Hompol02	Hompol02	Hompol02

* $p \geq 0,5$

Tabela 8: Coeficientes dos modelos de regressão.

Variáveis independentes	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Intercepto	-1,72 (0,88)	-1,26 (1,16)	-1,45 (1,21)
Renda	-0,03 (0,02)*	--	--
IVJ	--	-0,04 (0,02)	-0,05 (0,02)*
pop02	0,00 (0,00)	0,00 (0,00)	0,00 (0,00)
Homssp01	--	0,00 (0,01)	--
Homsus01	0,01* (0,01)	--	0,00* (0,00)
roub01	0,00* (0,00)	0,00* (0,00)*	0,00* (0,00)
traf01	0,01* (0,01)	0,01* (0,01)	0,00 (0,00)
roubvei01	0,00* (0,00)	0,00* (0,00)	0,00* (0,00)
R	0,56	0,58	0,58
r ²	0,32	0,33	0,33
N	94	94	94
Variável dependente	Hompol02	Hompol02	Hompol02

* p ≥ 0,5

Anexo 2

Roteiro de questões para o projeto de entrevista qualitativa sobre a atividade policial

1. Quais são as principais atividades desenvolvidas, para cada tipo de crime, pela sua Seccional/CPA ou DP/CIA?
2. Por que escolheram essas atividades?
3. Quais as intervenções que os senhores fazem para combater **os crimes contra o patrimônio**? *Descrever sucintamente cada uma delas.*
4. Quais as intervenções que os senhores fazem para combater **os crimes contra a vida**? *Descrever sucintamente cada uma delas.*
5. Quais dessas intervenções/atividades são esporádicas e quais não são esporádicas?
6. Para cada DP/CIA, perguntar especificamente sobre os principais crimes que são notificados naquele distrito. *Exemplo: para roubo a transeunte, além das atividades que senhor realiza normalmente, existe alguma outra específica para esse crime?*
7. Qual é abrangência dessas intervenções/atividades?
8. Qual é o objetivo de cada uma dessas intervenções/atividades?
9. O senhor consulta o Infocrim para planejar suas atividades?
10. Como o senhor avalia o impacto de cada uma dessas intervenções/atividades?
11. Como o senhor monitora a atividade de seus subordinados?
12. Qual seria a sua sugestão para avaliar a intervenção/atividade policial?
13. Quais são as intervenções de natureza não policial, ou seja, não repressiva ou dentro da lógica do policiamento comunitário? *(Perguntar*

para a PM, tais como reunião com a comunidade, participação em atividades esportivas e culturais.)

14. Caso a Secretaria adote uma lista de procedimentos-padrão das intervenções policiais, por tipo de crime, já previamente avaliada a sua eficiência, o senhor acredita que seria um instrumento auxiliar de gestão?
15. Hoje em dia não existe forma de saber quais são atividades desenvolvidas individualmente pelos policiais. No caso da Polícia Militar, existe o relatório do policiamento motorizado, mas não é preenchido individualmente. Qual é a opinião do senhor sobre a adoção de um boletim simples, no qual os policiais descrevam suas atividades no fim do dia de trabalho?
16. Uma das conseqüências indesejáveis do aumento da atividade policial é o crescimento da letalidade da ação. Qual é a opinião do senhor a respeito?
17. Quais seriam os procedimentos necessários para minimizar os impactos negativos desse fator?
18. Como o senhor controla o padrão de letalidade de seus subordinados?

Bibliografia

BAYLEY, D.; SKOLNICK, J. (1986) *The new blue line: Police innovation in six American cities*. News Brunswick: Rutgers University Press.

BEATO, C. (1999). *Políticas públicas de segurança e a questão policial*. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva.

BITTNER, E. (1970). *The functions of police in modern society*. Washington D.C.: Printing Office.

BRITT, D.; TITTLE, C. (1975) *Crime rates and police behavior: A test of two hypotheses*. Social Force. Vol. 54, nº 2.

CALDEIRA, T. (2000) *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp.

CANO, I. (1997) *The use of lethal force by police in Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser.

CARNEIRO, L.; OLIVEIRA Jr., E. (2002) Estratégias de controle da violência policial: Notas de pesquisa. In: ZAVERUCHA, J.; BARROS, M. *Políticas de segurança pública: Dimensão da formação e impactos sociais*. Recife: Massangana.

CARNEIRO, L. e outros. (2000) *O crime e a economia da cidade*. Rio de Janeiro: Comunicação do Iser, nº 55, ano 19.

CHEVIGNY, Paul. (1995) *Edge of the knife: Police violence in the Americas*. Nova York: New York Press.

GUJARATI, D. (2000). *Econometria básica*. São Paulo, Makron Books.

JACOBS, D.; O' BRIEN, R. (1998) The determinants of deadly force: A structural analysis of police violence. *American Journal of Sociology*. Vol. 103, issue 4.

KRIVO, L.; PETERSON, R. (1996) Extremely disadvantaged neighborhoods and urban crime. *Social Force*. Vol. 75, nº 2.

KMETA, J (1978). *Elementos de econometria*. São Paulo, Atlas.

LEMGRUBER, J. (1986) *Polícia, Direitos Humanos e Cidadania: Notas para um Estudo*. JESUS, D. (org.): *Seminário Crime e Castigo*. Rio de Janeiro. Ciência Hoje, vol. 2.

MARCH, J.; OLSEN, J. (1984) The new institutionalism: Organizational factors. In: *Political Life*. The American Political Science Review. Vol. 18, issue 3.

MESQUITA, P (1999). *Violência policial no Brasil: Abordagem teórica e práticas de controle*. In: PANDOLFI, D.; CARVALHO, J. M.; CARNEIRO, L. P.; GRZYNSZPAN, M. *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

OLIVEIRA Jr., E. (2004) *Política pública e estratégias de controle da ação letal das instituições policiais em São Paulo*. Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

PINHEIRO, P. S. et al. (1991) Violência fatal: conflitos policiais em SP (81-89). São Paulo, *Revista da USP*, nº 9, p. 95-112.

PUTNAN, R. (2000). *"Bowling Alone: the collapse and revival of American community"*. Simon & Schuster. New York.

SAMPSON & GROVERS. (1989) Community structure and crime: Testing social-disorganization theory. *The American Journal of Sociology*. Vol. 94, nº 4.

SAMPSON, RAUDENBUSH & EARLS (1997) Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. *Science*. Vol. 777.

SHERMAN, L. (1995) The police. In: WILSON, James; PETERSILIA, Joan. *Crime*. Califórnia: ICS Press.

SKOGAN & HARTNETT (1997) *Community policing, Chicago style*. Nova York: Oxford University Press.

STARK, R. (1998) Deviant place: A theory of the ecology of crime. Henry, S.; Einstadter, W. In: *The criminology theory reader*. Nova York: New York Press.

STOCK, H.; BORUM, R.; BALTZLEY, D. (1996) Police use of deadly force. In: HALL, H. *Lethal violence. A sourcebook on fatal domestic, acquaintance, and stranger aggression*. <http://www.violenceprediction.com/pdf/chap13.pdf>

TERRILL & REISIG (2003) Neighborhood context and police use of force. *Journal of Research in Crime and Delinquency*.

ZALUAR, A. (2001) Violência e crime. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré.